



Revista de História e Estudos Culturais

Julho-Dezembro de 2021

Vol. 18 Ano 18 nº2

www.revistafenix.pro.br

ISSN 1807-6971



[10.35355/REVISTAFENIX.V18I2.1099](https://doi.org/10.35355/REVISTAFENIX.V18I2.1099)

O CÓLERA NAS PÁGINAS DO JORNAL “O EXPECTADOR” (1862) NO PIAUÍ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

CHOLERA IN THE PAGES OF THE NEWSPAPER “O EXPECTADOR” (1862) IN PIAUÍ IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY

Marcus Pierre de Carvalho Baptista*

Universidade Federal do Piauí -UFPI



<https://orcid.org/0000-0003-2774-6972>

marcus_pierre@hotmail.com

Francisco de Assis de Sousa Nascimento**

Universidade Federal do Piauí -UFPI



<https://orcid.org/0000-0003-1955-8891>

franciscoufpi@gmail.com

Elisabeth Mary de Carvalho Baptista***

Universidade Federal do Piauí -UFPI



<https://orcid.org/0000-0002-2885-7968>

baptistaeli@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo foi analisar, a partir do periódico piauiense “O Expectador”, os efeitos que o cólera provocou na província do Piauí em 1862. A metodologia constou de pesquisa bibliográfica e documental analisando-se, principalmente, edições do jornal “O Expectador” publicadas entre junho e setembro de 1862. Indicou-se que entre maio e setembro de 1862 o cólera

* Doutorando em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

** Professor Associado II da Universidade Federal do Piauí - UFPI, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil - PPGHB/UFPI. Possui Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

*** Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Pós-doutora em Geografia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. É Professora Adjunta Dedicção Exclusiva do Curso de Geografia do Campus Poeta Torquato Neto e Coordenadora e do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí - NEZCPI da mesma IES. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí - IHGPI.

tornou-se elemento comum nas páginas do “O Expectador”, assinalando as ações tomadas pelo governo provincial e a produção de um imaginário do medo referente à doença.

PALAVRAS-CHAVE: Medo; Cólera; Província do Piauí; O Expectador.

ABSTRACT: The aim of this article was to analyze, through Piauí’s periodical *O Expectador*, the effects that cholera caused in the province of Piauí in 1862. The methodology consisted of bibliographical and documentary research, analyzing mainly published editions of the newspaper *O Expectador* between June and September of 1862. It was pointed out that between May and September of 1862, cholera became a common element in the pages of *O Expectador*, pointing out the actions taken by the provincial government and the production of an imaginary of fear related to the disease.

KEYWORDS: Fear, Cholera, Piauí’s Province, O Expectador.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na década de 1860, mais especificamente no ano de 1862, um “hóspede” indesejado, vindo pela Serra da Ibiapaba e, posteriormente, através do litoral do Piauí, passa a fazer parte do cotidiano da província piauiense e torna-se motivo de preocupação por parte do governo provincial, bem como da população naquele contexto.

A cada novo espaço que este “hóspede” adentrava, ia deixando um rastro de efeitos indesejados perante as pessoas que tinham contato com este, indo do medo¹ de contrai-lo e dos sintomas provocados pela enfermidade, até mesmo a possibilidade do indivíduo vir a óbito, situação que se sucedeu em outras províncias brasileiras² nos anos 1850 e também na década de 1860.

¹ Entendemos o medo neste trabalho considerando o pensamento de Tuan (2005) e Delumeau (2009), no sentido de percebê-lo enquanto um produto que deriva das diferentes temporalidades e espacialidades que os indivíduos se encontram inseridos. A partir de Tuan (2005), compreendemos a possibilidade do surgimento de paisagens do medo no interior de diferentes corpos sociais, isto é, locais que, supostamente, promoveriam o medo para sujeitos inseridos em determinados contextos. No caso da conjuntura do cólera poderíamos elencar estas paisagens como as cidades contaminadas ou os espaços mais prováveis em que a epidemia poderia grassar, como o porto. Cabe ainda evocar o cuidado necessário ao se refletir sobre o medo individual e coletivo e que aqui o “[...] termo medo ganha então um significado menos rigoroso e mais amplo do que nas experiências individuais, e esse singular coletivo recobre uma gama de emoções que vai do temor e da apreensão aos mais vivos terrores. O medo é aqui o hábito que se tem, em um grupo humano, de temer tal ou tal ameaça (real ou imaginária) [...]” (DELUMEAU, 2009, p. 32).

² De acordo com David (1993), a primeira província afetada pelo cólera foi o Pará no primeiro semestre de 1855. Ainda no mesmo ano, contudo, a doença chegou na Bahia transformando significativamente o cotidiano baiano e até o ano seguinte teria levado a morte mais de 30 mil pessoas. Segundo o autor, em torno de 200 mil pessoas foram a óbito entre os anos de 1855 e 1856. Não obstante isto, além das províncias já citadas, a epidemia do cólera ainda afetou outras localidades ao longo do Brasil, como Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Do norte ao sul do Brasil, os cenários se repetiam e à medida que a enfermidade se instalava, o resultado permanecia o mesmo: a morte. No caso da Bahia, o flagelo modificou ainda a própria relação entre a vida e a morte, isto é, se antes os ritos

Este “hóspede” indesejado tratou-se do cólera³, doença que, no decorrer do século XIX (FONSECA; SILVEIRA, 2019), se transformou em uma epidemia⁴ que rapidamente se alastrou pelo mundo e até o final do oitocentos já se encontrava presente em diversos países e em, basicamente, todos os continentes.

Considerando, então, o contexto do período oitocentista, particularmente as primeiras décadas da segunda metade do século XIX, o objetivo deste artigo foi compreender os efeitos que o cólera teve na província do Piauí, destacando algumas particularidades que diferenciam esta província das demais brasileiras nas quais a doença em questão grassou.

Como metodologia, utilizamos a pesquisa bibliográfica buscando dialogar com autores que permitissem compreender o contexto brasileiro da segunda metade do século XIX no que se refere às condições sanitárias e, principalmente, a presença de enfermidades nesta época, utilizando autores como Chalhoub (1996) e Franco, Pimenta e Mota (2019). Quanto ao contexto piauiense durante este momento e as enfermidades que modificaram o

fúnebres eram marcados pela presença de diversas pessoas e por festejos, a partir da epidemia do cólera o defunto passou a provocar o medo, considerado foco de contágio da enfermidade e, assim, “[...] a morte deixava de ser uma festa para se tornar tragédia [...]” (DAVID, 1993, p. 135).

³ Provocada pelo bacilo *Vibrio cholerae*, descoberto nos anos 1880 por um cientista alemão, trata-se de uma doença que pode ser contraída por meio da ingestão de alimentos ou líquidos contaminados. Os principais sintomas da enfermidade são diarreia, vômitos e câimbras, podendo levar o enfermo à morte em poucas horas dependendo da gravidade da desidratação. O tratamento atualmente consiste, basicamente, na ingestão de líquidos para reposição dos fluidos perdidos e antibióticos. Além disso, ambientes insalubres, ausência de hábitos higiênicos, bem como a não fervura da água ou cozimento devido dos alimentos contribui para a disseminação da doença. Cabe ressaltar ainda que, no contexto dos anos 1850 e 1860, desconheciam-se os meios de transmissão do flagelo e os métodos de profilaxia adequado para evitar a difusão da enfermidade ou mesmo para tratar aqueles que fossem acometidos pela doença (DAVID, 1993; LEMOS, 2019; CARDOSO, 2019).

⁴ Cabe compreender a diferença entre epidemia e endemia para uma melhor compreensão da narrativa que aqui tratará sobre o cólera. Segundo Moura (2012), a epidemia refere-se ao aparecimento de uma doença de modo súbito que contamina um número significativo de pessoas estendendo-se por um relativo período de tempo e espaço, podendo tornar-se uma pandemia caso afete outros continentes. A endemia, por sua vez, trata-se de uma enfermidade que se encontra presente em determinada região de modo constante, podendo haver alterações nos números de pessoas acometidas, dependendo da época do ano. É necessário lembrar ainda que a humanidade enfrenta epidemias por boa parte de sua história, sendo possível encontrar registros em diversos períodos, como na Antiguidade Ocidental e no medievo europeu (BARATA, 1987). Na América, tem-se ocorrências de surtos epidêmicos provocando centenas de milhares de óbitos desde a época da Conquista, a exemplo das epidemias de varíola, sarampo e gripe que levaram a óbito diversos nativo-americanos no decorrer do século XVI, contribuindo para desestruturar as sociedades nativas e reduzir significativamente seu contingente populacional (WACHTEL, 1998; TODOROV, 2003). Ainda no que se refere ao continente americano, é possível encontrar, no decorrer da conquista, registros de uma guerra biológica consciente, com a criação de surtos epidêmicos da varíola de forma proposital para levar ao colapso ou redução significativa de grupos indígenas na América do Sul (MIRANDA, 2017). Deste modo, o enfrentamento de um surto epidêmico na segunda metade do século XIX não é nenhuma novidade para as populações que viviam nas províncias brasileiras. A surpresa, no entanto, surgia a partir do desconhecimento da enfermidade, das formas como combatê-la e de como se dava o seu contágio à medida que esta se transformava em uma epidemia nos diferentes locais em que grassava.

cotidiano piauiense, trabalhamos, principalmente, com Nunes (2007), que traz um breve panorama sobre estas doenças na província do Piauí.

Com relação às fontes para esta narrativa utilizamos, especialmente, o periódico “O Expectador”, com edições publicadas entre junho e setembro de 1862, que traziam informações sobre a epidemia do cólera no Piauí e as medidas tomadas pelas autoridades públicas no que concernia à enfermidade neste contexto.

No desenvolvimento da pesquisa pudemos observar, além das diversas localidades afetadas diretamente ou indiretamente pela doença ou mesmo as ações profiláticas tomadas pelo governo provincial, o caráter singular do itinerário do cólera no Piauí, haja visto que, segundo os registros aos quais tivemos acesso, é possível indicar que a enfermidade ingressou, inicialmente, na província piauiense por vias terrestres nas localidades que faziam limite com a província vizinha do Ceará, em detrimento a outras províncias brasileiras, nas quais a doença teve o seu ponto de entrada, principalmente, a partir do oceano Atlântico.

O ITINERÁRIO DO MEDO: O CÓLERA NO PIAUÍ EM 1862 POR MEIO DO “O EXPECTADOR”

Em 1884, duas décadas depois do contexto que discutiremos nesta narrativa, um jornal piauiense chamado “A Época” publicou, em uma de suas edições de dezembro daquele ano, uma nota que se intitulava “O cholera morbus”. Nesta breve publicação, o periódico questiona ao governo provincial do Piauí acerca das atitudes que estariam sendo tomadas para evitar que esta enfermidade, que já se fazia presente novamente em outros continentes, voltasse a grassar em território piauiense por meio do porto de Amarração⁵.

Ainda que a publicação não se tratasse apenas de um medo em decorrência da possibilidade de a doença voltar a se tornar epidêmica no Piauí e também existisse uma conotação política, considerando as querelas entre o Partido Conservador e Partido Liberal naquele contexto, conforme Baptista e Nascimento (2018), interessa-nos a preocupação

⁵ É necessário ressaltar que durante os anos 1860 o Piauí ainda não havia retomado a vila de Amarração, vizinha à cidade de Parnaíba no litoral piauiense, e, portanto, ainda não possuía o seu porto. Apenas em 1880, e justamente por isso o receio do periódico, por meio do Decreto 3.012 de 22 de outubro do mesmo ano, a província piauiense retoma Amarração, neste contexto pertencente ao Ceará, através de uma permuta territorial, na qual cede Príncipe Imperial e Independência à província cearense, recebendo em troca a vila de Amarração. (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021). Em função da proximidade e relacionamento estabelecido entre a vila de Amarração e a cidade de Parnaíba no decorrer do século XIX (BAPTISTA, 2019), o atracadouro que servia como porto e que existia na primeira tornou-se um perigo constante em contextos de surtos epidêmicos e, no caso do cólera, o medo de a doença chegar por meio de Amarração se sucedeu não apenas em 1884, mas também em 1862, conforme perceberemos ao longo desta narrativa.

demonstrada pelo jornal no sentido de “[...] frustrar a visita de semelhante hospede [...]” (A ÉPOCA, 1884, p. 1).

E por que isto nos interessa? Por que uma publicação ocorrida duas décadas depois do recorte temporal que iremos discorrer torna-se pertinente para as questões que discutiremos a seguir? O medo presente na redação do jornal “A Époça” acerca do cólera 20 anos depois que a doença grassou na província aponta para as implicações que esta epidemia teve a nível de Brasil, mas também ao se tratar do Piauí no contexto da segunda metade do oitocentos.

Retrocedendo de duas a três décadas para os anos 1850 e 1860, conseguimos compreender melhor os motivos que levaram o jornal piauiense nos anos 1880 a realizar a publicação referente este hóspede indesejado. Neste contexto, tem-se no império brasileiro uma conjuntura assinalada pela presença de diversas doenças, muitas de cunho epidêmica, como é o caso da febre amarela e do cólera.

Neste sentido, estas enfermidades fizeram-se presentes em diversas províncias brasileiras, transformando sensivelmente o cotidiano das populações a cada nova localidade que grassavam, tanto em função do medo provocado, especialmente pelo desconhecimento da transmissão destas enfermidades, como também em função da possibilidade de o indivíduo vir a óbito, o que foi o caso de milhares de pessoas.

Em Pernambuco, por exemplo, de acordo com Rezende (1997), a população recifense neste contexto conviveu com diversas epidemias e “[...] de 1852 a 1855, houvera no Recife 10 epidemias (uma de varíola, três de febre amarela, duas de disenteria, duas de sarampo, uma de coqueluche, uma de malária) [...]” (REZENDE, 1997, p. 45). Um ano depois, isto é, em 1856⁶, o cólera torna-se presente na província pernambucana e apenas na cidade de Recife as estimativas de mortes provocadas pela doença chegaram na cifra de milhares (REZENDE, 1997).

Pernambuco, contudo, não é a primeira província brasileira a ser acometida pelo cólera no século XIX, muito menos a primeira localidade desde que a doença assume um caráter epidêmico e passa a se fazer presente em vários continentes. O trajeto que a enfermidade realiza até chegar ao Brasil no ano de 1855, em províncias como o Pará e a

⁶ Segundo Farias (2007), os primeiros registros do cólera na cidade de Recife datam do início de 1856. Com uma população estimada em 70 mil habitantes naquele momento, a epidemia do cólera, entre janeiro e março deste ano, levou a óbito em torno de 5% da população recifense, alcançando em alguns períodos uma cifra diária de mortes que poderiam ir de dezenas a centenas. Para a autora, a situação sanitária da capital pernambucana dispunha, naquele contexto, de uma situação favorável para a disseminação da enfermidade, tendo em vista que Recife é uma cidade recortada por dois rios, além de ser rodeada por mangues e, não obstante isto, não possuir, naquela segunda metade do oitocentos, nem serviços públicos que garantissem o fornecimento de água potável ou mesmo um sistema de esgotos.

Bahia (DAVID, 1993) e, posteriormente, na década de 1860, na província piauiense (NUNES, 2007), foi longo e data da primeira metade do oitocentos.

Este percurso inicia-se no início do século XIX com a doença, de caráter endêmico na região da Índia (DAVID, 1993), afetando localidades próximas, isto é, outros espaços da Ásia e até mesmo a África entre 1817 e 1824, conforme Fonseca e Silveira (2019). Em seguida, durante os anos de 1829 a 1837, foi a vez das ilhas do Pacífico, do Japão, Europa, América do Norte e América Central (FONSECA; SILVEIRA, 2019).

Estas incursões do cólera no decorrer do século XIX e que possibilitaram a presença da enfermidade em diversas localidades do mundo fez com que alguns autores considerassem as ondas desta doença enquanto pandemias e o seu trajeto ao redor do mundo no século XIX como uma pandemia. Dito isto, no final da primeira metade dos oitocentos “[...] a partir da terceira pandemia – dividida em duas vagas, 1840-1850 e 1849-1860 –, o cólera se espalhou pelos cinco continentes [...]” (FONSECA; SILVEIRA, 2019, p. 215), chegando ao Brasil, conforme indicado anteriormente, no ano de 1855. “[...] Na sequência viriam os surtos dos anos de 1863-1875 e 1881-1896. A última pandemia do século, iniciada em 1899, teria terminado somente na terceira década do século seguinte, em 1923” (FONSECA; SILVEIRA, 2019, p. 215).

Em território brasileiro a chegada da febre amarela em 1850 e da terceira onda pandêmica do cólera em 1855 põe fim a uma perspectiva que até então perdurava ao se pensar o Brasil, isto é, de que o país possuía

[...] boas condições de salubridade. Apesar da posição geográfica, do clima e da abundante presença de outros elementos que o conhecimento médico do período considerava causadores de doenças epidêmicas das mais graves, o fato notável era que o país permanecia livre das duas pestes mais aterrorizantes do tempo (CHALHOUB, 1996, p. 60).

Ainda que as cidades brasileiras não desfrutassem de boas condições sanitárias, como é o exemplo de Recife (FARIAS, 2007) ou mesmo da capital do império, a cidade do Rio de Janeiro (CHALHOUB, 1996), a ausência da febre amarela e do cólera, doenças que grassavam em outros espaços e provocavam milhares de vítimas, possibilitavam uma percepção favorável na época do Brasil por parte de brasileiros, mas também de indivíduos de outros países (CHALHOUB, 1996).

De todo modo, estas interpretações sobre o Brasil evanescem a partir de 1850, quando a febre amarela e o cólera tornam-se, efetivamente, parte do cotidiano das populações nas províncias. No caso do Rio de Janeiro, a primeira epidemia de febre amarela ocorrida entre 1849 e 1850 vitimou milhares de pessoas, com estimativas chegando

até a cifra de 15 mil, com a doença retornando nos anos seguintes (CHALHOUB, 1996). Não obstante isto, outras doenças também assinalaram o dia a dia das províncias brasileiras no contexto dos oitocentos, modificando sensivelmente esta percepção de um país com condições sanitárias favoráveis a partir desta segunda metade do século XIX.

Fora as enfermidades já citadas, doenças de caráter endêmico e epidêmico como a varíola, sarampo, escarlatina, tuberculose, malária, disenteria, febres, coqueluche, dentre outras, tornaram-se um cenário comum ao longo do Brasil, com estas enfermidades estando presentes em diversas localidades brasileiras e configurando-se enquanto uma preocupação para os governos locais, para a sociedade, bem como para os europeus imigrantes no mesmo período, além de provocar debates diversos entre as autoridades sanitárias no tocante a como enfrentar estas moléstias (PIMENTA; BARBOSA; KODAMA, 2019).

Inserida neste contexto, a província piauiense não esteve alheia aos problemas produzidos pelo caldeirão de doenças que acometiam outras regiões do império, sendo marcada também, na mesma época, por surtos epidêmicos da febre amarela, do cólera e da varíola⁷ (NUNES, 2007).

No entanto, ao considerarmos o caso do cólera, diferente de províncias como o Pará, Bahia ou Pernambuco, os primeiros registros da enfermidade no Piauí remontam a década de 1860, tanto nos jornais publicados como nos relatórios dos presidentes da província deste momento.

No contexto de 1855 e 1856, o que ainda se encontra em documentos piauienses trata-se de uma breve menção ao cólera. No relatório do presidente da província Frederico D'Almeida e Albuquerque de 1856 ao tratar no documento sobre a saúde pública, esta referia-se à ausência de registros de casos da doença no Piauí e asseverava que o governo provincial piauiense tinha ciência do que se sucedia em outras províncias e dos problemas causados pela nova epidemia que grassava no Brasil, mas que até o momento “[...] ainda não invadira esta Província, graças á Divina Providencia” (PIAUHY, 1856, p. 17).

Ao adentrarmos a década de 1860, no entanto, a conjuntura se altera significativamente e, se até então o Piauí encontrava-se ausente dos caminhos percorridos pelo cólera no Brasil, juntamente à província vizinha do Ceará, o seu território agora passa

⁷ Sobre os surtos epidêmicos da varíola neste contexto da segunda metade do século XIX, Baptista e Nascimento (2021), a partir de análises dos relatórios de presidente da província do Piauí, produzem um panorama geral sobre a situação da província no tocante a esta enfermidade, indicando os diversos momentos em que a doença apareceu ou reapareceu e se tornou epidêmica no Piauí entre 1863 até 1879, além de apresentar dados relevantes como os óbitos provocados pelo mal, chegando a cifra de 500 mortes apenas em Teresina no ano de 1875. A partir do estudo dos autores, é possível perceber a presença da varíola de norte a sul da província nesta época, afetando cada localidade de modo singular.

a ser visitado pelo hóspede indesejado. Em função disto, o jornal “O Expectador”, no decorrer do ano de 1862, publica diversas edições até o fim do ano, trazendo informações sobre a doença, medidas profiláticas tomadas pelo governo provincial, além do itinerário desta enfermidade na província piauiense.

A primeira edição que tivemos acesso refere-se ao número 146 publicado em 10 de junho de 1862 e que traz duas notas relevantes para refletirmos sobre os efeitos da epidemia do cólera no Piauí. Uma das notas refere-se a uma série de conselhos sobre a doença (CONSELHOS para o tratamento da epidemia do cholera morbus, 1862b), buscando informar o público letrado sobre os sintomas da enfermidade, além de métodos de tratamento que poderiam ser empregados. Estas publicações com conselhos tornam-se comuns nas páginas do jornal até o mês seguinte. No entanto, além da difusão destes conselhos, nesta edição também temos uma publicação sobre como encontrava-se o estado da província mediante a epidemia do cólera, isto é, os espaços que estavam sendo afetados até então e o imaginário do medo que a doença provocava, haja visto a possibilidade de se espalhar pelo território piauiense.



Noticias locais.

(...)
www.revistafenix.pro.br

O chorela, que apparecera na Independencia, segundo noticias novamente vindas, começa a declinar, e ha todas as esperanças de que esse terrivel mal não passe daquelles lares, e que o resto do Piauhy fique preservado delle. Pelo menos a mudança de estação, e os meios preventivos, de que se tem lançado mão, nos autorisa a pensar assim (NOTICIAS LOCAES, 1862a, p. 4).

O primeiro elemento que nos chama atenção é a localidade em que a doença aparece inicialmente no Piauí. Diferentemente de outras províncias, como a Bahia e o Pará, na qual a doença chega através do porto, no caso piauiense os primeiros registros da enfermidade não são dos espaços limítrofes com o oceano Atlântico, no caso a cidade de Parnaíba (ainda que posteriormente, como veremos adiante, também se torne uma das localidades afetadas no Piauí), mas sim nas áreas que faziam divisa com a província do Ceará, que naquele contexto também se encontrava afetada pelo cólera em várias localidades, dentre elas vilas com acesso direto ao Piauí por meio de estradas.

A província cearense, de modo similar ao Piauí, também repercutiu a notícia dos problemas ocasionados pelo cólera em outras províncias brasileiras. Segundo Lemos (2016), o jornal “O Cearense”, de cunho liberal, ainda em 1855 já publicava notícias sobre a epidemia que tomava forma no Brasil. No entanto, tal como o Piauí, apenas em 1862,

apesar do medo que já pairava em torno da doença, o cólera grassa na província cearense, isto é, é neste contexto que “[...] o terrível viajante adentrou o município Icó, espalhando-se em toda a Província do Ceará” (LEMOS, 2016, p. 15).

Já no Ceará, uma das localidades afetadas, localizada próximo à Serra da Ibiapaba, divisa entre a província cearense e piauiense, foi a cidade de Quixeramobim. Neste momento, o município tinha conexão direta, por meio de algumas estradas, a outras cidades, dentre elas uma em específico conectava-o diretamente à Príncipe Imperial (atual Crateús) (LEMOS, 2016), que nesta época pertencia à província do Piauí. Considerando ainda que Independência localizava-se na mesma região, isto é, o vale do Crateús, e por estar ainda mais próxima ao Ceará do que Príncipe Imperial, não seria de estranhar supor que a mesma estrada também desse acesso à Independência⁸.

Outros documentos que corroboram que a doença, provavelmente, se sucedeu do Ceará para o Piauí através da Serra da Ibiapaba refere-se aos meses nos quais a doença aparece na documentação consultada. De acordo com Lemos (2016), no caso cearense, os primeiros casos registrados por meio do jornal “O Cearense” datam de março de 1862, ainda que autoridades públicas negassem, em várias regiões cearenses, a confirmar que ali se tratava do mal colérico que invadira outras províncias.

Ao considerarmos a província do Piauí, contudo, os relatórios dos presidentes da província, Dr. Antonio de Britto Souza Gayozo, de 13 de junho de 1862 (PIAUHY, 1862a), e do presidente que assume em seguida, o Dr. José Fernandes Moreira, de 10 de novembro de 1862 (PIAUHY, 1862b), possibilita ponderar, ainda que de forma mínima, o itinerário da doença no Piauí, especificamente de onde provavelmente ela teria vindo.

Segundo o primeiro relatório, ao tratar do estado da saúde pública da província, ao inferir sobre o cólera, inicialmente menciona que o mal teria grassado em Tauá e Icó no Ceará e que agora “atacava” o termo de Independência no Piauí. O presidente trata ainda sobre o imaginário do medo da doença em outras localidades no Piauí, mas por ora concentremo-nos nas menções ao Ceará e às datas registradas. Ainda que neste primeiro

⁸ Cabe indicar também que, segundo Baptista, Nascimento e Baptista (2021), um dos argumentos utilizados durante os debates realizados no senado imperial no final dos anos 1870 acerca da entrega das duas vilas ao Ceará em troca de Amarração foi uma suposta proximidade ou identidade que os povos de Príncipe Imperial e Independência possuíam com a província cearense. De acordo com os autores, durante as arguições feitas pelo senador piauiense João Lustosa da Cunha Paranaguá, este aponta a existência de uma petição feita pelas populações de ambas as vilas para que se tornassem parte do Ceará. Ainda que os autores não tenham tido acesso a este documento, sua suposta existência, bem como o sentimento de “pertencimento” dos sujeitos que ali viviam com a província cearense, corrobora com os possíveis contatos estabelecidos entre estas vilas piauienses e outras próximas a elas no Ceará durante este momento da epidemia do cólera, tendo em vista a proximidade do recorte temporal entre ambos os acontecimentos.

relatório não haja nenhuma indicação de mês que a doença teria aparecido, o segundo relatório, por sua vez, do presidente que o sucedeu, isto é, Dr. José Fernandes Moreira, de 10 de novembro de 1862, aponta que as primeiras menções à doença em Independência teriam se sucedido em maio daquele ano.

Considerando ainda que na mídia piauiense, especificamente no periódico “O Expectador”, os primeiros registros que encontramos sobre a doença no Piauí datam desta mesma época, isto é, entre maio e junho e que, no caso cearense, como afirma Lemos (2016), foi possível encontrar menções ao cólera já em março de 1862 em municípios próximos do Piauí, a exemplo de Icó, não é impossível sugerir que no caso do Piauí a entrada da doença tenha se sucedido nas áreas limítrofes com o Ceará, principalmente Independência e Príncipe Imperial que, conforme veremos no decorrer desta narrativa, foram os espaços mais afetados dentro do itinerário que a doença percorreu pelo território piauiense.

Dito isto, logo após as notícias de que a doença se encontrava em Independência, o governo provincial tratou de enviar medicamentos para a vila, bem como para Príncipe Imperial, considerando a proximidade entre ambas as vilas naquele contexto e que já se tinha notícias da presença do mal em um povoado da comarca de Príncipe Imperial. Assim, ainda que em 10 de junho de 1862 “O Expectador” tenha informado que o mal declinava em Independência, na edição de 17 de junho de 1862 tem-se publicadas as portarias do governo provincial da semana. Dentre estas, a portaria assinada do dia 13 de maio de 1862 e publicada pelo jornal, que diz o seguinte:

– Dia 13 –

– Portaria. – O presidente da provincia tendo tido conhecimento por participações officiaes que a epidemia do cholera-morbus está grassando na povoação dos Vertentes da comarca de Principe Imperial, resolve nomear nas villas do Principe Imperial, e Independencia, duas commissões sanitarias incumbidas de fazer distribuir medicamentos, e dietas aos indigentes das respectivas localidades, que forem accomettidos daquelle mal, e de por em pratica todas as medidas hygienicas recommendadas em semelhantes crizes: sendo cada uma das referidas commissões composta do Dr. juiz de direito da comarca, do Dr. juiz municipal, do reverendo vigario da freguezia, do delegado de policia, e do presidente da camara municipal respectiva.

Expedio-se as communicações necessarias.

– Ao Exm. Presidente do Maranhão. – Contando-me por participações officiaes que a epidemia do cholera-morbus se tem manifestado na povoação das Vertentes, seis legoas distantes da villa da Independencia desta provincia, e setenta desta capital, e havendo aqui grande falta de medicos, rogo a V. Exc. se digne de informar-me se no caso de precisaõ poderei contratar alguns nessa capital: e com que gratificações; assim

como que se sirva autorisar-me a lançar mão havendo necessidade extrema do medico do corpo de saude do exercito Dr. Delbaõ Ferreira de Goveia Pimentel Bellesa que se acha na cidade de Caxias.

– Ao Presidente e Membros da Commissão sanitaria da Villa do Principe Imperial. – Envio a Vmcs. Duas ambulancias providas de medicamentos proprios para o curativo do cholera-morbus; uma das quaes ficará nessa villa, e Vmcs. faraõ seguir sem demora a outra para a Independencia a ser entregue a respectiva commissão sanitaria. Se o cholera-morbus ainda não se manifestou nessa villa e nem na da Independencia Vmcs. determinaraõ ao pharmaceutico Mavignier que parta para a povoação das Vertentes, passando pela villa da Independencia, com ordem de levar da ambulancia destinada para aquella villa os remedios que entender necessario conduzir. (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862c, p. 3).

A portaria em questão permite-nos produzir algumas reflexões sobre a conjuntura da província piauiense diante da epidemia do cólera, além do já inferido sobre os caminhos que a doença percorreu para ingressar em solo piauiense. Uma primeira questão a se perceber trata-se da nomeação de comissões sanitárias para avaliarem as situações locais e atuarem da maneira que fosse mais conveniente para a saúde pública local, bem como informarem o governo provincial sobre a conjuntura sanitária das referidas localidades.

Chama-nos atenção, no entanto, a composição das comissões sanitárias nomeadas pela presidência da província nas duas vilas que, até então, localizavam-se na região que os primeiros casos da doença são identificados. As comissões em destaque foram compostas por membros do judiciário, membros do clero e por políticos locais, mas por nenhum médico. Logo em seguida, o motivo em torno disso é explicitado na mesma portaria, considerando a solicitação de médicos à província vizinha do Maranhão e a inferência de que, neste contexto, havia ausência⁹ de profissionais formados na área para atuarem no

⁹ Sobre esta questão, cabe indicar que, nos tempos coloniais, a América Portuguesa que, posteriormente, veio a se tornar o Brasil, não teve a possibilidade de criar universidades ou faculdades durante o período em que pertenceu a Portugal. Quanto aos saberes terapêuticos, apenas com a vinda da família real no início do século XIX houve a criação de escolas cirúrgicas para suprir uma demanda de profissionais no cenário luso-americano que até então, ao se tratar da saúde, dependia de médicos formados em Coimbra, dos jesuítas, das Santas Casa de Misericórdia ou de outros praticantes de cura, como os pajés ou curandeiros africanos. Mesmo que, a posteriori, as escolas cirúrgicas tenham se tornado academias médico-cirúrgicas e depois com a independência tenham sido transformadas em faculdades de medicina a partir de 1832 com a possibilidade da criação de outras faculdades do curso no território brasileiro, ainda era significativo o número reduzido de profissionais formados nesse contexto dos oitocentos no Brasil. Não é à toa que era comum encontrar nesta época, no Rio de Janeiro, anúncios de uma variedade de praticantes que baseavam seus conhecimentos e tratamentos em questões diversas, como a religião, em livros científicos, ervas medicinais ou em todos estes simultaneamente. Além disso, mesmo com uma tentativa de institucionalização e monopolização do saber médico entre os acadêmicos formados, na prática o discurso médico-científico ainda não se configurava enquanto dominante, podendo-se encontrar diversos testemunhos de época, especialmente no Rio de Janeiro, de indivíduos que desacreditavam nos médicos formados em detrimento a outros praticantes de cura (PIMENTA, 2003; SCHWARCZ, 2005). Deste modo, no caso do Piauí, nos faltam mais informações acerca da atuação de médicos formados ou mesmo de outros praticantes de cura neste contexto, mas não nos parece improvável que, no caso do cólera, o próprio contexto de profissionais reduzidos na província piauiense, aliado a tratamentos possivelmente ineficientes, tenha feito com que diversos indivíduos, provavelmente de classes menos

combate ao mal, não sendo à toa a solicitação do governo provincial, em portaria no dia 19 de maio publicado na edição seguinte do “O Expectador” de 21 de junho de 1862, ao Dr. Simplicio de Souza Mendes, médico formado, que não tomasse posse do cargo de deputado no Rio de Janeiro, haja visto o medo da doença acometer toda a província e os seus serviços se tornarem necessários (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862d).

Novamente, o cólera no Piauí assume um caráter singular no que diz respeito às medidas tomadas para enfrentá-lo. Diferentemente de outras províncias, a exemplo de Minas Gerais (FONSECA; SILVEIRA, 2019), as comissões sanitárias formadas no Piauí no contexto da epidemia do cólera, de modo geral, não dispuseram de médicos, sendo necessário a indicação de pessoas locais que tivessem certo grau de instrução para realização das medidas pertinentes para conter a enfermidade ou mesmo para informar a população.

Esses informes, no caso piauiense, estiveram diretamente relacionados com os sintomas provocados pelo cólera e como as pessoas deveriam proceder para tratá-los, tendo em vista que o governo provincial, por meio da mesma portaria do dia 13 de maio de 1862, remeteu à comissão de Príncipe Imperial “[...] alguns ns. do jornal Expectador em que vão transcriptas instruccões e medicamentos para o cholera, devendo a commissão faser distribuir as ditas instruccões pela populaçã.” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862c, p. 3). Ou seja, não obstante o envio de medicamentos, a nomeação das comissões sanitárias, as publicações realizadas no “O Expectador” também se tornaram estratégia por parte do governo da província para tentar lidar com o flagelo.

Além disso, se em Minas Gerais, em alguns casos, a nomeação de médicos que viviam nas vilas acometidas também fora realizada com o intuito de incentivar a população que se encontrava com a doença a enfrentá-la, ou pelo menos isso segundo algumas fontes consultadas por Fonseca e Silveira (2019), o mesmo não pode ser dito das comissões na província do Piauí, haja visto a ausência destes profissionais.

Isto posto, não é de se estranhar a determinação feita ao farmacêutico Mavignier que, aparentemente, encontrava-se na região, para que fosse ao povoado de Vertentes e que levasse os medicamentos que acreditava serem mais necessários para o local em questão, bem como para Independência, que também se encontrava afetada pela enfermidade.

abastadas, a procurarem outros praticantes, como curandeiros ou terapeutas populares. Outros estudos, no entanto, assim como outras fontes, podem auxiliar a elucidar melhor esta questão no caso do cólera no Piauí.

Em um contexto em que se desconhecia o agente etiológico da doença, e no qual havia um número reduzido de profissionais formados em medicina, o auxílio de outros indivíduos que atuassem no ofício da cura, a exemplo de farmacêuticos¹⁰, provavelmente foi uma forma vista pelo governo provincial no Piauí¹¹ para tentar contornar a situação sanitária em que a província se encontrava. Não foi à toa também a solicitação, por parte da presidência da província, que “[...] ao mesmo Mavignier recomendaraõ Vmcs. que estude bem o character, e symptommas do mal, que grassa nas Vertentes, fazendo de tudo uma discripção minuciosa que Vmcs. me remetteraõ” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862c, p. 3). Cabe ressaltar ainda que, em diversas localidades, eram justamente estes indivíduos, isto é, farmacêuticos, médicos, cirurgiões¹², que indicavam aos governos provinciais as ações a serem tomadas em casos de epidemias, a exemplo da província baiana e do Conselho de Salubridade da Bahia responsável por estas orientações (SOUZA, 2019).

Além do exposto no recorte destacado, os demais ofícios do dia 13 de maio de 1862, publicados na edição do dia 17 de junho de 1862 de “O Expectador”, seguem respondendo outras autoridades públicas de Príncipe Imperial e Independência, indicando que tudo que estava ao alcance do governo provincial já havia sido feito, como o envio de medicamentos a serem distribuídos entre os indigentes e enfermos, além de ordenar a contratação de “pessoa (habilitada)” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862c, p. 3) para cuidar destes últimos, bem como a nomeação de comissões sanitárias em cada vila e a solicitação que mantivessem bem informado o governo acerca do desenrolar da epidemia na região.

¹⁰ Ainda sobre a atuação de farmacêuticos na epidemia do cólera no Piauí, deve-se destacar a atuação de Eugenio Marques de Hollanda que, por determinação da presidência da província do Piauí, forneceu duas ambulâncias com medicamentos para Príncipe Imperial e Independência, tendo sido ressarcido por meio das verbas destinadas aos Socorros Públicos (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862d).

¹¹ Não apenas no Piauí, mas era comum a atuação de farmacêuticos durante a epidemia do cólera no Brasil, sendo possível encontrar registros de farmacêuticos que atuaram contra a referida doença em outras províncias, a exemplo de Minas Gerais (FONSECA; SILVEIRA, 2019).

¹² Em outra edição do “O Expectador” do dia 30 de junho de 1862 em portarias publicadas pelo governo provincial do dia 26 de maio de 1862 o presidente da província realiza outra solicitação ao mesmo Mavignier. No entanto, refere-se ao indivíduo enquanto cirurgião, requisitando que este se deslocasse de Vertentes em direção a Independência que se encontrava afetada pelo cólera. Além disso, o governo da província no mesmo ofício anuncia que havia contratado Joel de Lima e Oliveira para que tratasse dos doentes em Independência, sem especificar sua formação, apenas dizendo tratar-se de pessoa mais habilitada para realizar tal ato. Questionamo-nos se tratar-se-ia no caso de Joel de Lima e Oliveira acerca de outro praticante de cura conhecido na região, como um curandeiro ou terapeuta popular e por isso o governo o contratou “[...] enquanto para ahi não podem ir medicos [...]” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862e, p.3).

Contudo, as vilas próximas ao Ceará por meio da Serra da Ibiapaba, isto é, no leste piauiense, não são os únicos locais de preocupação para o governo provincial no que diz respeito à epidemia do cólera. O norte da província, especialmente a cidade de Parnaíba no litoral do Piauí, torna-se motivo de receios conforme a possibilidade de embarcações que teriam passado por locais contaminados pudesse adentrar este espaço.

Deste modo, na edição seguinte do jornal “O Expectador”, do dia 21 de junho de 1862, o periódico segue publicando a continuação do expediente do mês de maio de 1862, com as portarias realizadas no dia 14 deste mês. Neste, traz uma portaria destinada ao Delegado de Polícia de Parnaíba, informando ser verdade que o cólera já se encontrava presente na cidade de Aracaty, na província vizinha do Ceará, além de que o vapor Camossim ia subindo pelo litoral cearense e, provavelmente, passaria pela cidade de Parnaíba.

No mapa 1 é possível observar as distâncias entre Aracaty e Parnaíba e este, produzido a partir da base cartográfica georreferenciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2013, representando a configuração territorial do Brasil de 1872, indica o percurso pela linha de costa que seria percorrida pelo vapor Camossim entre Aracaty até adentrar a cidade de Parnaíba pela Barra do Igaracu, braço do rio Parnaíba, que deságua no Oceano Atlântico. Deste modo, o governo provincial, por meio do documento, solicitou, então, que o delegado realizasse quarentena de 15 dias “[...] (a contar do dia da saída do barco do porto contaminado) e abra o lazareto¹³; advertindo a S. mc. que não haverá necessidade deste, quando o mal invadir a cidade [...]” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862d, p. 1).

¹³ A construção do espaço em questão nesta conjuntura provavelmente se sucedeu, haja visto que, em portaria do dia 18 de junho de 1862, publicada na edição de 19 de julho de 1862 de “O Expectador”, tem-se uma ordem de pagamento ao delegado de polícia de Parnaíba pela construção de uma casa de palha para servir como lazareto na barra de Amarração (CONTINUAÇÃO do expediente do mez de junho de 1862, 1862h). O lazareto, neste contexto, servia para o recebimento de pessoas acometidas por doenças infectocontagiosas para que ficassem em quarentena por um determinado tempo. Em Amarração, em 1884, houve ainda a construção de outro lazareto em função da possível chegada novamente do cólera nesta região (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018). Sobre este último lazareto construído nos anos 1880 em Amarração, Silva (2018) traz mais informações, como uma planta da casa, além de lista de materiais e valores para sua construção.

Mapa 1. Distância entre Parnaíba (PI) e Aracaty (CE)



Fonte: dos autores (2021)¹⁴.

Ao que tudo indica, entre maio e junho de 1862, o vapor Camossim não chegou a adentrar em Parnaíba, mas aportou em Amarração (povoado da província cearense nesta época), ignorando qualquer medida sanitária que deveria ser tomada, considerando que a embarcação havia passado por espaços contaminados. O governo provincial do Piauí, então, envia uma portaria ao presidente do Maranhão no dia 17 de junho de 1862, publicada na edição de 19 de julho de 1862 de “O Expectador”, afirmando que

[...] o procedimento do commandante do vapor Camossim Pedro Francisco Pereira vindo da capital do Ceará com carta suja por ali reinar o cholera-morbus, fazendo atracar o vapor no porto da Amarração e desembarcando passageiros, cargas e mala do correio, sem observar nenhuma das leis relativas de saúde, e policia, afim de que S. Exc. tome as providencias mais acertadas, fazendo sentir ao dito commandante a inconveniência criminosa do seu comportamento e evitar para o futuro a reprodução de igual atentado (CONTINUAÇÃO do expediente do mez de junho de 1862, 1862h, p. 1).

Considerando que, segundo Baptista (2019), era comum que passageiros desembarcassem em Amarração e de lá se dirigissem à Parnaíba no final do século XIX e início do XX, a desobediência por parte do comandante do Camossim em não entrar em quarentena foi percebida como uma possibilidade de disseminação do cólera a esta cidade.

Há de se destacar ainda o estado da carta de saúde do Camossim. A carta de saúde no século XIX tratava-se de documentação produzida nos portos às embarcações que nele

¹⁴ O geoprocessamento do mapa neste artigo foi realizado por Núbia Araújo Sena, tecnóloga em Geoprocessamento e licenciada em Geografia.

aportassem, indicando o estado de saúde da tripulação e passageiros, além da própria zona portuária (REBELO, 2013). Uma carta de saúde “suja” podia indicar que a tripulação se encontrava contaminada com alguma doença infectocontagiosa, como acreditava-se ser o cólera, ou que havia aportado previamente em algum porto que estivesse vivenciando um surto epidêmico, como foi o caso do Camossim.

Não obstante isto, de modo similar a Príncipe Imperial e Independência, o governo provincial também indica, por meio da portaria anterior de 14 maio de 1862, que enviaria jornais (possivelmente edições de “O Expectador”) que traziam informações sobre os sintomas da doença, modos de prevenir e de curar a enfermidade. Além disso, a presidência da província se diz ciente também de ofício do delegado da polícia, do dia 2 de maio de 1862, que o negociante inglês Jozeph Redguay colocou à disposição de suas casas nos arredores de Parnaíba para servir de hospital de coléricos, caso a epidemia grassasse na cidade, bem como os “[...] pharmaceuticos¹⁵ Daniel Joaquim Ribeiro, e Filho offerecido tambem gratuitamente remedios para os pobres, que forem affectados daquelle mal [...]” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862d, p. 1).

Ainda no mesmo jornal, mas já nas portarias do dia 15 de maio de 1862, chamamos atenção uma resposta ao Juiz Municipal Suplente de Marvão (Castelo do Piauí). Nesta, em particular, admite-se ciência da situação no povoado de Vertentes a qual o juiz informava o governo da província, bem como a situação precária de recursos deste termo caso o cólera chegasse ali. Sobre isto, o documento indica que serão enviados medicamentos, além de edições do jornal “O Expectador” que trouxessem informações de como tratar a doença, além dos sintomas provocados pela enfermidade.

O ofício enviado por parte do juiz de Marvão não ocorre à toa. Permite-nos inferir sobre o medo que a doença provocava no imaginário dos sujeitos à medida que se aproximava de diferentes localidades. Marvão, apesar de distar mais de 100 km de Príncipe Imperial e Independência, possivelmente possuía estradas que a conectava diretamente as vilas já visitadas pelo hóspede indesejado e, portanto, temia ser a próxima a receber semelhante visita.

É interessante ainda perceber que, novamente, o governo provincial preocupa-se em enviar os conselhos publicados no “O Expectador” para as localidades acometidas ou que estariam em risco de a doença grassar, tornando-se mais uma das medidas profiláticas

¹⁵ Posteriormente, no expediente do dia 2 de junho, publicado na edição de 7 de julho de 1862 de “O Expectador”, é ainda informado que a comissão sanitária de Parnaíba poderia dispender gastos para contratar farmacêuticos, cirurgiões ou enfermeiros, além do estabelecimento de uma enfermaria, caso a epidemia do cólera de fato grassasse na cidade (EXPEDIENTE do dia 2 de junho de 1862, 1862g).

realizadas neste contexto, ainda que, provavelmente, tenha sido ineficaz, haja visto que os tratamentos¹⁶ indicados nas edições do jornal, possivelmente, auxiliariam a piorar a situação de quem estivesse com a doença.

Ainda na mesma edição, em portaria do dia 17 de maio de 1862, é a vez da vila de Jaicós¹⁷ e de sua comissão sanitária ser instruída sobre as medidas que deveriam tomar caso o cólera também chegasse nesta localidade. A orientação feita por parte do governo provincial em muito se assemelha com as indicadas para outras vilas, como a distribuição de medicamentos e dietas para os indigentes, observação das medidas higiênicas adequadas, além do envio de médicos formados para a região caso o mal de fato chegasse ali. Além disso, infere-se ainda a necessidade de subscrição dos habitantes mais abastados para que contribuíssem com despesas no combate à doença, bem como destaca também, de modo similar a outras localidades, o envio de “[...] alguns n. do jornal Expectador em que vão transcriptos medicamentos, e instruções para o curativo do cholera” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862d, p. 2). Quanto às comissões sanitárias da vila de Marvão e Jaicós, também de modo semelhante a outras vilas, estas eram compostas por autoridades públicas locais, nestes casos pelo juiz municipal, delegado de polícia, presidente da câmara e do reverendo vigário da freguesia (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862d).

Alguns dias depois, na edição de 30 de junho de 1862 do “O Expectador”, em portaria de 26 de maio, é possível perceber a tomada de novas ações por parte do governo da província no sentido de evitar a disseminação da doença. Além da confirmação da epidemia em Independência, determinando a ida de Mavignier para esta última, é interessante evidenciar duas ordens expedidas para o comandante do destacamento da vila de Independência e outra para o chefe de polícia interino da província. Ao primeiro, Alfes¹⁸ Clemente Jose Ferreira, é determinado que retornasse a Independência, tendo em

¹⁶ Sobre estes tratamentos do cólera, ao pensarmos a província de Sergipe, Cardoso (2019) indica que, por não se saber ao certo, neste contexto, o que provocava a doença, as terapêuticas empregadas em diversos momentos agravaram o quadro das pessoas acometidas pelo cólera levando, em certos casos, o indivíduo ao óbito. Ainda que não seja seara desta narrativa, cabe indicar que os “conselhos” sugeridos pelo “O Expectador” assemelhavam-se com as terapêuticas encontradas nas fontes que Cardoso (2019) teve acesso no caso da epidemia do cólera na província de Sergipe.

¹⁷ Caso similar pode ser observado para a cidade de Oeiras, Parnaíba e a vila de Picos, em portarias do dia 30 de maio e expediente do dia 2 de junho, publicadas na edição de 7 de julho de 1862 de “O Expectador”. As mesmas medidas preventivas são indicadas pelo governo da província, além do envio de edições do jornal para Oeiras e Picos, contendo modos de tratamento e os sintomas do cólera, com o intuito de que as comissões sanitárias pudessem informar a população. Além disso, suas comissões sanitárias também são formadas por autoridades públicas locais, excetuando-se a presença de médicos, assim como nas demais (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862f).

¹⁸ Patente equivalente a segundo-tenente.

vista que este teria se locomovido para Príncipe Imperial. Assim, é determinado “[...] que parta immediatamente para a referida villa da Independencia, d’onde não deve mandar soldados affectados do cholera-morbus para o Principe Imperial, se não quando alli taobem se houver declarado a epidemia” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862e, p.3).

Ao segundo, o chefe de polícia interino da província, ordena-se que todas as autoridades policiais piauienses evitem se ausentar quando a epidemia do cólera grassar na região, “[...] visto como a presença delles se tornara necessaria, ja para providenciarem, como convier a cerca do mal, e ja para não fazerem desanimar a população” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862e, p.3).

Ainda que os documentos não se refiram à palavra “quarentena”, nestes casos em específico é perceptível que, no primeiro exemplo citado, esta era o objetivo do governo provincial, ou seja, evitar que a doença se espalhasse por outras localidades da província e, para tanto, era necessário que pessoas contaminadas pela enfermidade não deixassem os locais onde se encontravam, a exemplo do Alferes em Independência.

O segundo caso, que também é correlato ao primeiro, envolve outra questão que se fez presente em outras províncias, a exemplo da Bahia (DAVID, 1993) e do Ceará (LEMOS, 2016). Trata-se do medo da doença. Não é à toa que o alferes de Independência se desloca para Príncipe Imperial. A intenção era clara: fugir do mal. De acordo com Tuan (2005), foi comum no Ocidente a fuga de cidades em momentos que estas eram acometidas por epidemias de doenças letais. É possível encontrar relatos desse tipo na Europa nos casos da peste bubônica, mas também durante surtos epidêmicos do cólera na Rússia, Espanha e EUA nos anos 1830, nas quais as autoridades públicas tornaram proibido deixar a cidade e encarregaram as forças policiais de promover essa quarentena forçada.

Deste modo, em alguns casos “[...] as notícias da aproximação da epidemia a princípio provocaram curiosidade, depois uma sensação de intranquilidade e, então – quando a invasão parecia inevitável –, uma crescente corrente de pânico” (TUAN, 2005, p. 160). Não foi por acaso, então, a ordem expedida pelo governo da província para que as autoridades policiais não abandonassem seus postos. Tratava-se de uma medida que visava evitar que a doença se espalhasse, além de evitar o pânico generalizado, bem como posteriormente, provavelmente, solicitar que estes sujeitos integrassem as comissões sanitárias locais, conforme percebemos no caso de vilas como Independência e Príncipe Imperial.

No mesmo documento, e em portaria do mesmo dia, um ofício em resposta à Câmara Municipal de Jaicós o governo provincial indica a mesma ação a ser tomada pelos políticos locais, isto é, que “[...] inspirem animo aos seus municipes pois hé sabido que o terror he sempre factal em semelhante crizes” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862e, p.3), além de informar novamente a impossibilidade de enviar médicos para a localidades, ainda que de modo preventivo, haja visto que a doença não havia chegado ali ainda.

É interessante ainda a semelhança com o caso mineiro analisado por Fonseca e Silveira (2019), no qual alguns médicos eram nomeados para as comissões com o intuito de encorajar a população a enfrentar o mal. Como no Piauí, havia uma ausência de profissionais médicos formados, e a presença das autoridades públicas nas localidades contaminadas era percebida como mais uma forma de evitar a fuga dos locais e um medo generalizado por parte das populações.

Posteriormente, no expediente do dia 2 de junho de 1862, publicado na edição de 7 de julho de 1862 de “O Expectador”, a quarentena, enquanto estratégia de controle e prevenção da disseminação da epidemia, passa a ser efetivamente citada na documentação para o caso de pessoas transitando em terra, haja visto a preocupação por parte da presidência da província de que fosse realizada quarentena de até 10 dias de qualquer pessoa que viesse de Príncipe Imperial ou Independência ou qualquer outro local acometido pelo cólera e que passasse pelo Furriel¹⁹, que tinha ordens para posicionar-se entre estas duas vilas e a de Marvão e, assim, evitar que algum indivíduo escapasse à medida (EXPEDIENTE do dia 2 de junho de 1862, 1862g). Ainda no mesmo expediente, outra medida tomada para o caso do cólera faz-se presente, denotando as modificações provocadas pela doença no dia a dia e o receio que esta agora provocava, especialmente o medo da morte. À comissão sanitária é solicitada

[...] construir quanto antes e em lugar apropriado, em sercado de madeira para servir de cemiterio provisorio destinado especialmente aos cholericos fazendo observar todo o aceio nessa cidade, e seus suburbios, e determinando que se acendaõ fogueiras nos principaes pontos dela. – cumpre que Vmcs animem a populaçãõ, acabando com os prejuizos que muitas vezes tem, e bem assim que aconselhem a queima dos campos, antes mesmo, do que era costume, pois isso servirá para purificar o ar que mandem faser publicos ate por editaes (se outros meios naõ tiverem) todas as instrucções e receitaes de remedios para o cholera morbus, constantes dos jornaes que com esta lhes envio (EXPEDIENTE do dia 2 de junho de 1862, 1862g, p. 3).

¹⁹ Patente equivalente a sargento.

A determinação para a construção de um cemitério provisório não ocorria à toa e certamente derivava do medo presente neste contexto das milhares de vítimas provocadas pela enfermidade pelas localidades em que grassou, especialmente em cidades costeiras, como Salvador e Recife. Além disso, considerando que, neste contexto, a teoria miasmática²⁰ ainda dominava o discurso médico, não é de estranhar a orientação para a queima dos campos com o objetivo de purificar o ar, e nem seria de estranhar que este cemitério tivesse sido construído nos subúrbios da cidade. Não obstante isto, segundo Cardoso (2019), a purificação do ar por meio da queima das sujeiras existentes nas cidades neste contexto da segunda metade do século XIX tratava-se de sugestões emitidas pela Central de Higiene da Corte para que se evitasse que o cólera acometesse determinada localidade.

Pouco tempo depois, na edição do dia 6 de agosto de 1862 do jornal “O Expectador”, em portaria do dia 19 de julho de 1862 já não se tem mais a indicação de medidas a serem tomadas, mas sim agradecimentos a sujeitos em específico nas localidades em que atuaram contra o flagelo, a exemplo de Mavignier, que tratou dos doentes em Independência, Luiz da Silva Moura, juiz em Jaicós e Francisco Antonio de Souza Asevedo, pelo fornecimento gratuito de remédios homeopáticos²¹ aos enfermos de Príncipe Imperial (EXPEDIENTE do mez de julho de 1862, 1862j).

²⁰ Segundo Mastromauro (2011), refere-se a uma teoria que predominou durante o período oitocentista entre o discurso médico e o dos higienistas acerca de como as doenças surgiam e as medidas profiláticas que deveriam ser tomadas. Deste modo, este pensamento partia do princípio que era necessário higienizar os espaços públicos evitando a contaminação do ar pelos miasmas, isto é, odores fétidos provenientes de excrementos, habitações insalubres, cadáveres, pântanos, cemitérios etc. Assim, “[...] a teoria miasmática [...] tinha basicamente a ideia de afastamento de tudo o que era considerado insalubre, nocivo e desconhecido do núcleo urbano como uma das profilaxias para evitar doenças” (MASTROMAURO, 2011, p. 5).

²¹ Apesar de não termos encontrado outras menções a alopatia ou homeopatia nas fontes consultadas, a exceção deste jornal em particular, no contexto de epidemia do cólera, segundo Franco e Nogueira (2019), a formação diferenciada dos médicos em alopatas ou homeopatas produziam dicotomias no modo de ver e tratar a doença. Cabe indicar ainda que os tratamentos sugeridos no jornal “O Expectador” seguiam a linha da alopatia, haja vista sua semelhança com os medicamentos discriminados nas fontes de Franco e Nogueira (2019) no caso da epidemia no Espírito Santo. Os homeopatas, por sua vez, “[...] indicavam tratamentos menos invasivos e medicamentos, muitas vezes, oriundos do saber popular, às vezes mesclado com o chamado saber ‘erudito’ [...] A alopatia no século XIX, na tentativa de se firmar como único saber científico, buscava de todas as formas desqualificar profissionalmente os homeopatas. Em contrapartida, os homeopatas, [...] buscaram o apoio do povo, oferecendo em troca uma medicina acessível às populações urbanas e rurais, de todas as classes sociais, principalmente, àqueles que eram excluídos da assistência médica [...] o aparecimento do cólera foi muito oportuno para os homeopatas, por ter lhes permitido atuar de forma mais independente, popularizando suas práticas entre os estratos sociais menos privilegiados economicamente, sobretudo em razão da resistência da população que não conseguia ou não desejava se enquadrar nas práticas e regras de higiene preceituadas pelos alopatas” (FRANCO; NOGUEIRA, 2019, p. 147). Apesar disso, novos documentos tornam-se necessário para que possamos produzir uma reflexão mais aprofundada sobre atuação de alopatas, homeopatas ou mesmo de outros praticantes de cura no caso do cólera no Piauí. Considerando a ausência de médicos na província

Deste modo, apesar de todo o medo provocado pela doença e das medidas profiláticas tomadas pela presidência da província, como o envio de medicamentos, contratação de farmacêuticos e cirurgiões, determinação de quarentenas de pessoas ou embarcações²² que viessem de locais contaminados, construção de lazareto para quarentena de enfermos no litoral, a epidemia, aparentemente, não perdurou muito tempo, e no início de julho os casos em Independência e Príncipe Imperial já haviam reduzido²³ significativamente, ao ponto de não ter sido registrado no jornal casos da doença em Parnaíba e do governo provincial inferir não haver mais o risco da doença chegar em Oeiras (CONTINUAÇÃO do expediente do mez de junho de 1862, 1862h) ou mesmo em Marvão e Picos (EXPEDIENTE do mez de julho de 1862, 1862i), além de solicitar do cirurgião/farmacêutico Antonio Mavignier Lopes que enviasse ao governo provincial uma relação das pessoas que haviam ido a óbito por conta da doença em Príncipe Imperial e Independência (EXPEDIENTE do mez de julho de 1862, 1862i).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que fazer, então, diante de uma doença desconhecida? Como reagir frente a possibilidade apavorante da morte? Em um contexto que o cólera se aproximava do território piauiense, o governo provincial, aparentemente, tomou as medidas que acreditava serem as mais corretas no momento. Nomeou comissões, solicitou médicos de outras províncias, determinou a realização de quarentenas no interior e no litoral, enviou medicamentos, ordenou a construção de lazareto e cemitério, além da higienização de certos espaços.

piauiense, conforme indicado no decorrer desta narrativa, o mais provável é que outros tipos de terapeutas populares tenham atuado juntamente com os cirurgiões e farmacêuticos, ainda que não tenham sido citados nos periódicos consultados para a produção deste artigo.

²² Além do caso do Camossim, no qual a quarentena não foi respeitada (CONTINUAÇÃO do expediente do mez de junho de 1862, 1862h), outro vapor de nome Guajará ingressou em Parnaíba no mês de junho tendo, supostamente, respeitado a quarentena que lhe foi imposta na localidade (EXPEDIENTE do mez de agosto de 1862, 1862l).

²³ Na edição de 23 de agosto de 1862 do “O Expectador”, em ofício do dia 14 de agosto de 1862, dá-se ciência que o estado sanitário da vila de Príncipe Imperial era satisfatório, provavelmente indicando que os casos de cólera haviam findado ou reduzido significativamente (EXPEDIENTE do mez de agosto de 1862, 1862l). No caso de Independência, na edição de 20 de setembro de 1862 do “O Expectador”, em portaria do dia 30 de agosto de 1862, dizendo-se ciente de que a vila no final de julho continuava a manter as medidas higiênicas até que não houvesse mais possibilidade ou medo da doença reaparecer na localidade (EXPEDIENTE do mez de agosto de 1862, 1862m). Deve-se apontar ainda que, em 1863, a doença torna a aparecer na província do Piauí e, dessa vez, afetando de maneira acentuada a vila de Príncipe Imperial (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021).

Não sabemos dizer, no entanto, se estas ações de profilaxia tiveram êxito ou não. No que se refere aos medicamentos, ao observarmos o caso de outras províncias, a partir de Cardoso (2019), por exemplo, é perceptível que as sugestões de tratamentos não eram eficazes. Permanecia também o desconhecimento acerca do agente etiológico que provocava a enfermidade e, além disso, as próprias medidas higiênicas dialogavam com a perspectiva de que os miasmas eram os responsáveis pela proliferação de moléstias.

Quanto aos espaços acometidos pela doença no Piauí, no jornal consultado e nos relatórios dos presidentes da província da época, infere-se que, supostamente, os efeitos da doença foram sentidos de maneira significativa em Príncipe Imperial e Independência, haja visto que ambas as vilas acumularam centenas de casos e dezenas de óbitos (ainda que não tenhamos certezas destes dados). Nas demais localidades da província não se registraram casos e as implicações do cólera limitaram-se ao imaginário da população, ao medo da morte.

Não obstante isto, aparentemente, no caso piauiense, o itinerário percorrido pela doença até chegar ao Piauí, possivelmente, parte diretamente da província vizinha do Ceará nas localidades que estabeleciam mais contato com vilas que também foram afetadas pela doença. Os registros indicados por autores como Alexandre (2010) e Lemos (2016) do aparecimento da doença entre março e abril de 1862 em vilas cearenses próximas a Independência e Príncipe Imperial, além dos registros piauienses da presença do cólera nestas duas últimas localidades, especialmente em Independência, corroboram para a ideia de que no caso piauiense a doença chegou por meio da Serra da Ibiapaba. Neste sentido, as localidades que terminam sendo mais afetadas são Independência e Príncipe Imperial, nas quais foi possível encontrar registros do cólera, bem como Parnaíba, por estar em uma situação de risco maior que as demais vilas e cidades da província em função do seu contato com o oceano, ainda que não se tenha tido registros de casos nesta última.

Não sabemos, no entanto, porque ao grassar em território piauiense a doença não se alastrou tão rapidamente quanto em outras províncias, nem os motivos que levaram ao seu fim tão rápido, haja visto que o registro da enfermidade permanece, basicamente, de maio a julho de 1862, ou mesmo as razões por trás do número reduzido de vítimas fatais. Talvez a distância entre as localidades ou o número reduzido de pessoas que viviam nas vilas e cidades, ao compararmos com províncias populosas para o período, como na Bahia, tenha influenciado os problemas causados em solo piauiense pelo mal. Sobre esta última ponderação, é necessário que novas pesquisas e novas fontes sejam elencadas para que se possa compreender melhor os efeitos que o cólera teve na província do Piauí no contexto

da década de 1860, a exemplo de reflexões sobre a atuação de diferentes praticantes de cura ou os efeitos da doença entre diferentes grupos sociais, especialmente em escravizados.

Por fim, o Piauí, invisível em pesquisas realizadas sobre o cólera durante a segunda metade do século XIX, ausente também em estudos sobre seu estado vizinho, o Ceará, omissos em coletâneas que tratam sobre esta doença ou enfermidades que grassaram nesta conjuntura de modo geral, também foi marcado por este momento singular na história brasileira e, assim como outras províncias da época, deve compor esse quadro de investigações que até o presente momento permanece absorto.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. **Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós**: representações sobre o cólera no semanário cratense *o Araripe* (1855 – 1864). 2010. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Amarras e desamarras**: cotidiano e modernização em amarração no litoral do Piauí (1880-1930). 161 f. 2019. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Questões de litígio entre o Piauí e o Ceará: Embates pela Vila de Amarração no litoral do Piauí (1880 – 1884). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 182 n. 485, p. 225-252, jan./abr. 2021.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. “De todos os pontos partirão reclamações: cólera e medo no Piauí (1862 – 1866). **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 13, n. 30, p. 128-146, set./dez. 2021.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. Do “assombro” à morte: possibilidades de se pensar o medo, varíola e raiva no Piauí na segunda metade do século XIX. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v.10 n. 25, p. 64-79, jan./jul.2021.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. O Inimigo vem do Mar: Cólera, Medo e Morte no Litoral Piauiense no Final do Século XIX. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science (UniEVANGÉLICA)**, Anápolis, v.7, n.2, p. 12-28, maio / ago. 2018.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Epidemia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9-15, jan-fev, 1987.

CARDOSO, Amâncio. Sob o signo do cólera: médicos acadêmicos contra a epidemia em Sergipe. *In*: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André

(Org.). **No rastro das províncias**: as epidemias no Brasil oitocentista. Vitória: EDUFES, 2019. p. 450-476.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAVID, Onildo Reis. **O Inimigo Invisível**: A epidemia do cólera na Bahia em 1855-56. 1993. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FARIAS, Rosilene Gomes. **O khamsin do deserto**: cólera e cotidiano no Recife (1856). 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FONSECA, Ana Carolina Rezende; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Uma breve história da epidemia de cólera na província de Minas Gerais. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (Org.). **No rastro das províncias**: as epidemias no Brasil oitocentista. Vitória: EDUFES, 2019. p. 214 – 249.

FRANCO, Sebastião Pimentel; NOGUEIRA, André Luís Lima. Entre práticas e curas: as polivalentes formas de se enfrentar a epidemia do cólera no Espírito Santo. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (Org.). **No rastro das províncias**: as epidemias no Brasil oitocentista. Vitória: EDUFES, 2019. p. 143 – 168.

LEMOS, Mayara de Almeida. Asquerosa enfermidade: cólera no Ceará. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (Org.). **No rastro das províncias**: as epidemias no Brasil oitocentista. Vitória: EDUFES, 2019. p. 90 – 111.

LEMOS, Mayara de Almeida. **Terror no sertão do Ceará**: o cólera e seus flagelos. Fortaleza: EdUECE, 2016.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-14.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia**: limites e espaços da cura. 3. ed. Recife: UFPE, 2017.

MOURA, Alexandre Sampaio. **Endemias e epidemias**: dengue, leishmaniose, febre amarela, influenza, febre maculosa e leptospirose. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2012.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí v.4**. Teresina: FUNDAPI; Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

PIMENTA, Tânia Salgado. **O Exercício das Artes de Curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)**. 2003. 256 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PIMENTA, Tânia Salgado; BARBOSA, Keith; KODAMA, Kaori. Varíola e vacina na província do Rio de Janeiro. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (Org.). **No rastro das províncias**: as epidemias no Brasil oitocentista. Vitória: EDUFES, 2019. p. 321 – 346.

REBELO, Fernanda. Entre o Carlo R. e o Orleanais: a saúde pública e a profilaxia marítima no relato de dois casos de navios de imigrantes no porto do Rio de Janeiro, 1893-

1907. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 765-796, jul./set. 2013.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: Fundarpe, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Alexandre Wellington dos Santos. **A pobreza urbana em Parnaíba, Piauí (1890 – 1920)**. 2018. 259 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. Males antigos, dilemas semelhantes? Peripécias do “odioso egípcio” na Bahia. *In*: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (Org.). **No rastro das províncias**: as epidemias no Brasil oitocentista. Vitória: EDUFES, 2019. p. 450-476.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

WACHTEL, Nathan. Os índios e a conquista espanhola. *In*: BETHELL, Leslie (Ed.). **História da América Latina**. São Paulo: Edusp/ Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, vol. 1, p. 195-239.

FONTES

NOTÍCIAS locais. **O Expectador**, Teresina, ano 4, n. 146, p. 4, 10 jun. 1862a.

CONSELHOS para o tratamento da epidemia do cholera morbus. **O Expectador**, Teresina, ano 4, n. 146, p. 4, 10 jun. 1862b.

CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862. **O Expectador**, Teresina, ano 4, n. 147, p. 3, 17 jun. 1862c.

CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862. **O Expectador**, Teresina, ano 4, n. 148, p. 1, 21 jun. 1862d.

CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862. **O Expectador**, Teresina, ano 4, n. 149, p. 3, 30 jun. 1862e.

CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862. **O Expectador**, Teresina, ano 4, n. 150, p. 1, 7 jul. 1862f.

EXPEDIENTE do dia 2 de junho de 1862. **O Expectador**, Teresina, ano 4, n. 150, p. 3, 7 jul. 1862g.

CONTINUAÇÃO do expediente do mez de junho de 1862. **O Expectador**, Teresina, ano 4, n. 152, p. 1-3, 19 jul. 1862h.

EXPEDIENTE do mez de julho de 1862. **O Expectador**, Teresina, ano 4, n. 153, p. 1, 30 jul. 1862i.

EXPEDIENTE do mez de julho de 1862. **O Expectador**, Teresina, ano 4, n. 154, p. 2, 6 ago. 1862j.

EXPEDIENTE do mez de agosto de 1862. **O Expectador**, Teresina, ano 4, n. 156, p. 1, 23 ago. 1862l.

EXPEDIENTE do mez de agosto de 1862. **O Expectador**, Teresina, ano 4, n. 159, p. 2, 20 set. 1862m.

O cholera morbus. **A Época**, Teresina, ano 7, n. 333, p. 1, 20 dez. 1884.

PIAUHY. Presidência da Província. **Relatorio do Presidente do Piauhy o commendador Frederico D'Almeida e Albuquerque appresentado á respectiva Assembleia Legislativa Provincial na sessão ordinaria de 1856**. São Luiz: Typographia do Progresso, 1856.

PIAUHY. Presidência da Província. **Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Antonio de Britto Souza Gayozo passou a administração da provincia do Piauhy ao Exm. Sr. Prezidente Dr. José Fernandes Moreira no dia 13 de junho de 1862**. Therezina: Tipographia Conservadora, 1862a.

PIAUHY. Presidência da Província. **Relatorio que o Exm. Prezidente da Provincia do Piauhy Dr. José Fernandes Moreira apresentou á Assembleia Legislativa Provincial por ocasião de sua instalação no dia 10 de novembro de 1862**. Therezina: Tipographia Conservadora, 1862b.



www.revistafenix.pro.br

RECEBIDO EM: 26/08/2021 PARECER DADO EM: 21/09/2021